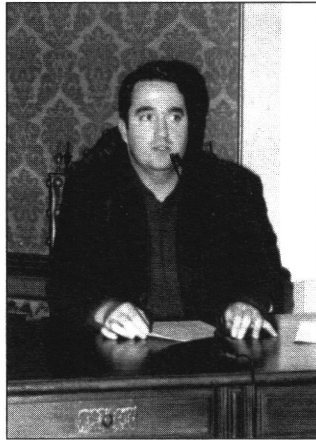


Discurso de agradecimento do Prémio de História Contemporânea da Universidade do Minho – 2003

Daniel Melo *



É uma grande honra ter sido distinguido novamente com o Prémio de História Contemporânea da Universidade do Minho. Devo agradecer tamanha consideração aos digníssimos júri do Prémio, Conselho Cultural da Universidade do Minho e Prof. Doutor Victor de Sá, este o seu mentor emérito.

O estudo que apresentei a concurso, intitulado *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*, reproduz na íntegra a minha dissertação de

* Investigador associado sénior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolsheiro de pós-doutoramento da Fundação de Ciência e Tecnologia.

Doutoramento, orientada pelos professores doutores António Costa Pinto e António Firmino da Costa e aprovada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em 2003.



O texto premiado foi o resultado duma investigação sobre o desenvolvimento da leitura pública no Portugal novecentista. Teve como objectivo principal analisar a génese e consolidação das bibliotecas públicas no sentido moderno do termo, i.e., com leitura gratuita para todos, com empréstimo domiciliário e com livre acesso às estantes. Paralelamente, abordei o processo que conduziu à instauração duma estrutura de leitura pública a nível nacional, por via estatal. Tal perspectiva não pretende assumir uma maior qualificação do Estado para esta função, mas sim que é só através dele que a comunidade assume para si a leitura pública como um projecto nacional. Além disso, a dimensão nacional das bibliotecas públicas modernas derivou geralmente da sua assunção histórica pelo Estado-Nação.

O âmbito cronológico deste estudo vai de 1926-27, marcos da instalação da Ditadura Militar e do primeiro projecto duma estrutura nacional de bibliotecas para a maioria da população, a 1987, data do projecto estatal duma «rede» nacional de bibliotecas públicas do regime democrático. Pela análise das

distintas propostas da ditadura e da democracia para o sector bibliotecário também se pretende averiguar a existência duma eventual diferença radical de políticas. No meio destes extremos, surgiu o projecto nacional metropolitano das bibliotecas «itinerantes» e «fixas» da FCG.

Para materializar este projecto, conjugou-se o estudo das concepções teóricas com os resultados práticos.

Relativamente às concepções teóricas, concentrei a análise no âmbito legislativo, pois será aí que se encontra o essencial das distintas políticas.

Quanto aos contributos práticos, optei por articular 4 abordagens: a análise da estatística sobre as bibliotecas portuguesas (sobretudo quanto aos seus movimentos de leitura), bem como o seu confronto com o movimento de alfabetização; o inventário crítico dos problemas que afectavam as bibliotecas bem como as suas propostas bibliográficas; a análise crítica dos estudos e inquéritos existentes sobre as bibliotecas e a leitura, após um levantamento o mais exaustivo possível, com vista a determinar os perfis das bibliotecas e dos leitores; o estudo de caso, que serviu para abordar o contributo das bibliotecas da FCG para a leitura pública, visto que esta teve um projecto autónomo e singular e influenciou o projecto estatal democrático.

Tal orientação metodológica implicou a assunção duma perspectiva histórico-sociológica, pois esta seria a via mais pertinente para complementar o estudo da evolução da leitura pública no seu contexto político, ideológico e cultural com a determinação das principais características sociais e sócio-culturais do público leitor.

Em termos gerais, a Ditadura Militar e o Estado Novo prolongaram algumas das grandes linhas desenvolvidas pela I República para o sector bibliotecário: primado da conservação documental e dicotomia entre as bibliotecas eruditas e as populares. Todavia, não aproveitaram os projectos lançados por este regime para potenciar as bibliotecas populares e as municipais através dum centro coordenador, a BPL. Durante o período ditatorial, privilegiaram-se as bibliotecas eruditas (incluindo aqui as unidades especializadas). Tal comprovou-se na produção legislativa, na hierarquização tipológica, no destino dado ao depósito legal e aos acervos bíblicos confiscados às ordens religiosas no

século XIX, na ausência duma política de aquisições sistemática e no primado da conservação (patente até nas unidades híbridas como as bibliotecas distritais). Manteve-se a BPL e foram apresentados novos projectos de âmbito nacional para as bibliotecas populares. Porém, nestas, a leitura foi sujeita a vigilância e a oferta submetida a controlo ideológico (vd. legislação de 1927 e 1931). Além disso, a censura, instaurada logo em 1926, impôs o seu arbítrio não só à imprensa como aos livros e às revistas, ou seja, a toda a edição. Esta obsessão com a censura, a vigilância e o controlo ideológico das leituras (muito para além da liberdade de expressão) é uma novidade relativamente ao passado recente, e terá um impacto negativo na leitura pública. Este impacto não é possível de comprovar no movimento de leitura nas bibliotecas, pois este teve um sentido ascendente, mas foi possível verificar a redução da pluralidade da oferta patente nas escolhas oficiais, sobretudo as mais centralizadas.

A ambição de apresentar grandes projectos para o sector foi uma constante (já vinha do período republicano), tal como o seu âmbito nacional metropolitano. Foi também uma constante a inexequibilidade de tais projectos, dada a falta de planificação, de contratualização ou, muito simplesmente, de vontade política efectiva. Os projectos oficiais mais importantes do período ditatorial foram juridicamente consagrados em 1927, 1931, 1936, 1947, 1952, 1965 e 1973. Acima dum por década, o que deixa antever alguma desorientação estratégica.

A Ditadura Militar avançou com um primeiro projecto (decreto 13726, de 27/V/1927) de estrutura bibliotecária nacional de bibliotecas populares, cuja iniciativa remetia para as juntas gerais distritais, enquanto que ao Estado central caberia somente o abastecimento bibliáco. Como este projecto não teve grandes consequências, foi pouco depois proposta nova legislação (decreto 19952, de 27/VII/1931). Este diploma, que se tornaria de referência para o sector durante longo tempo (em parte, dada a sua abrangência e extensão), continha um novo projecto de âmbito nacional, mas com indicações contraditórias. Assim, ao mesmo tempo que se consagrava uma nova cúpula específica pretensamente uniformizadora, a IGBA (resultante da fusão dos institutos para as bibliotecas eruditas e populares), mantinha-se a separação prática entre aquelas unidades e cria-se outra tipologia, a das bibliotecas gerais (que eram sobretudo unidades mistas de âmbito distrital, embora originalmente mais inclinadas para um público erudito). Parte das inovações

do segundo projecto consubstanciavam faltas implícitas do primeiro. Com efeito, o diploma de 1931 reforça a escala municipal como ponto de referência (pelo menos, para a estrutura nacional de bibliotecas populares), co-responsabiliza as câmaras municipais no fomento das bibliotecas (saem de cena as juntas gerais distritais) e obriga a um maior comprometimento estatal central. A sua principal limitação residia na expectativa da iniciativa local para despoletar uma dinâmica nacional. Em ambos os projectos, ressaltava uma referência explícita para a vigilância e proibição de livros e de leituras afrontosos da perspectiva ideológica oficial, nomeadamente os contrários à moral e religiões ou propagando doutrinas consideradas subversivas. Este controlo ideológico, porém, apenas era prescrito para as bibliotecas populares, pois estas unidades serviam sobretudo os operários e outros trabalhadores que mais tinham sido atraídos pelo ideário progressista.

O Estado Novo prossegue e acentua esta tendência fundamentalista (decreto-lei 26611, de 19/V/1936), consagrando um novo organismo central, a JNE, que não só apoiaria a literatura benquista (antiga e actual) como perseguiria aquela que tivesse um pingo de crítica a qualquer aspecto da vida nacional ou que fosse de algum modo prejudicial ao governo. O organismo a que se imprimia um cunho ultra-nacionalista era também responsável pela reiteração duma estrutura nacional bibliotecária popular municipal, mas agora na modalidade de bibliotecas-arquivos. O carácter segregacionista da concepção bibliotecária oficial era reforçado pela prescrição de bibliotecas próprias para as escolas.

Este último intento será mais tarde especificado de acordo com a ideia dum conjunto de «bibliotecas junto das escolas primárias», destinadas sobretudo ao meio rural (decreto-lei 36147, de 5/II/1947). Estas unidades, contudo, só seriam lançadas em 1953, com o impulso do PEP (vd. decreto-lei 38968 e decreto 38969, ambos de 27/X/1952). Este plano, que vigorou entre 1952 e 1956, representa um legado relevante, apesar da sua efemeridade: consagra a leitura pública e as bibliotecas como complementares da alfabetização e da educação de adultos; lança os fundamentos duma estrutura nacional bibliotecária rural (pois as bibliotecas das escolas primárias deixam de ser uma coutada dos alunos e abrem-se às comunidades locais); concebe e materializa um programa editorial oficial (centrado na «Colecção Educativa») e dinamiza a edição comercial, articulando assim a promoção do impresso com a sua

acessibilidade através de bibliotecas; apresenta as vantagens da articulação entre diferentes tipos de bibliotecas (fixas e itinerantes), o que foi pioneiro no país; promove a complementaridade de várias modalidades culturais na educação popular (teatro, cinema, livro, jornal, palestras, etc.). Além disso, muitas destas medidas serão integradas na rotina da Direcção Geral do Ensino Primário.

A principal inovação específica conseguida pelo PEP foi a ligação especial estabelecida entre bibliotecas, alfabetização e educação extra-escolar. Todavia, a aposta na educação popular de adultos tinha sido desvalorizada numa primeira fase, com a recusa por Salazar das propostas parlamentares específicas de 1935-36. Mesmo nos anos 50, a aposta na educação popular de adultos seria efémera, apesar das propostas de Veiga Macedo de 1954 e 1964 para prolongar o PEP.

No final do consulado salazarista, surge um novo projecto bibliotecário metropolitano (decreto-lei 46350, de 22/V/1965), desta feita propondo o padrão distrital, através das unidades que partilhavam a designação «biblioteca pública e arquivo distrital» (e similares). No entanto, o mesmo diploma apenas determinava a criação de mais duas unidades, a juntar às 5 existentes, o que estava longe de cobrir os 22 distritos metropolitanos. Este diploma sentenciava à morte inglória o organismo superior responsável pelas bibliotecas portuguesas em geral, a ISBA, dada a sua excessiva burocratização e ineficácia. De resto, este diploma era bastante crítico para a situação no sector bibliotecário, sem inventariação e catalogação atempadas, com falta de cuidados na salvaguarda física da documentação, etc.. As bibliotecas distritais, que haviam surgido no início do século XIX para acolher os fundos bibliográficos confiscados às ordens religiosas, podiam ter representado uma estrutura nacional viável e racional, para abastecimento bibliográfico das unidades de escala municipal e para centralização de eventuais unidades itinerantes, muito dispendiosas e de gestão complexa. Porém, a falta de vontade política no fomento efectivo da descentralização regional, na cobertura nacional e num projecto activo multi-polarizador, condenou estas unidades ou a uma vida vegetativa ou à função de simples depósito documental.

Na fase marcelista ensaiam-se mudanças. Através do diploma orgânico da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (decreto-lei 582/73, de 5/XI/1973) –

órgão que substituíra o IAC e a DGESBA na tutela bibliotecária desde 1971 – pretende-se atenuar o peso da concepção bibliotecária prevalecente, conservacionista, pois a salvaguarda do património cultural é apenas um dos seus 3 fins culturais. Paralelamente, e ainda em 1973, é relançada a educação básica de adolescentes e adultos (decreto-lei 489/73, de 2/X). Tal como nos anos 50, a aposta na educação de adultos far-se-á em articulação com as bibliotecas, mas agora implicando a reforma das bibliotecas das escolas primárias (doravante bibliotecas «populares»), uma mudança que não era só semântica mas que pretendia abrir ainda mais estas unidades às comunidades locais, através da sua desescolarização do âmbito institucional tradicional (decreto-lei 490/73, de 2/X). Além disso, a respectiva selecção bibliográfica cabia doravante à novel Direcção-Geral da Educação Permanente, bem como a tutela da BPL enquanto centro de apoio e coordenador logístico. Não obstante, nem mesmo o esforço renovador do marcelismo conseguiria cercear os atavismos bloqueadores, persistindo as dicotomias e a evolução a duas velocidades.

Com a instauração da democracia, e após um turbulento e difícil processo, dá-se a consagração jurídico-conceptual das bibliotecas públicas modernas e duma estrutura nacional de leitura pública e de escala municipal. Para este desfecho foram indispensáveis 3 medidas políticas: a co-responsabilização entre poder central e poder local municipal; a existência dum organismo superior exclusivamente encarregue da coordenação, planificação e estímulo a nível central; a defesa da biblioteca para todos, ligada às comunidades locais.

A decisão política que determinou o desenvolvimento duma «rede de bibliotecas municipais» foi directamente baseada em dois relatórios (determinados pelos despachos 155/85 e 23/86), sobretudo no último. Para a génese destes estudos contribuiu decisivamente o longo e persistente trabalho de sensibilização por parte da classe bibliotecária (donde eram oriundos os membros do segundo grupo de trabalho) e a relevante acção formativa da APBAD (bastante intensa após a revolução de 1974). Para a decisão política também pesou o novo enquadramento internacional do país, com a entrada na Comunidade Económica Europeia, que conjugou a necessidade de se assumirem novas responsabilidades nas políticas públicas com o surgimento duma nova fonte de recursos financeiros para investimentos contratualizados.

As autoridades governamentais democráticas apresentaram uma primeira proposta definidora dum centro coordenador e co-financiador (o IPPC) e com plano de articulação nacional dos 3 níveis de poder político (decreto-lei 149/83, de 5/IV). Esta foi, porém, uma oportunidade perdida, pois, embora contemplasse as unidades sob a designação de «biblioteca pública e arquivo distrital» (bem como as só com a última parcela), apenas previa uma dimensão nacional para os arquivos distritais.

Assim, só em 1987 são publicados os diplomas fundamentais da leitura pública, relativos à contratualização entre Estado e municípios para o estabelecimento duma «rede de bibliotecas municipais» em todo o território nacional (decreto-lei 111/87 e decreto regulamentar 24/87/A, respectivamente de 11/III e de 3/VIII) e à criação dum organismo central de apoio e coordenação, o IPLL (decreto-lei 71/87, de 11/II).

O próprio IPLL, sucessor do IPL e hoje prosseguido pelo IPLB, é o término dum conturbado e contraditório processo de autonomização duma estrutura estatal central para a área cultural, que se centrou basicamente na afirmação da SEC e, posteriormente, se consolidou no Ministério da Cultura. Ou seja, este instituto só foi viabilizado no momento em que a área cultural na administração central obteve a sua carta de alforria.

A consagração duma estrutura nacional de bibliotecas estatais de âmbito municipal representa o corolário da evolução de dois movimentos: o da democratização política (com o reforço do poder local municipal e a aceitação pelo Estado central duma maior partilha de poderes e competências) e o da democratização cultural (apostando no desenvolvimento individual e social, numa estrutura difusora de várias actividades culturais e próxima das populações). Representa igualmente a recuperação duma ambição oficial implícita desde finais do século XIX, que atravessou regimes e épocas diferentes, mas que só foi viável em democracia, o que decorre do próprio carácter democratizante da instituição biblioteca pública. Representa ainda a integração duma parte do legado da FCG: do modelo nacional assente em unidades fixas e itinerantes repescaram-se as primeiras (embora alguns municípios também operem na actualidade com unidades itinerantes) e o seu legado moderno e democratizante. Além disso, as bibliotecas da FCG foram apoiadas por parte da sociedade civil organizada, sobretudo pelo associativismo cultural inde-

pendente. O que remete para a relevância do contributo da sociedade civil, para a sua indispensabilidade, sobretudo em certos momentos-chave do desenvolvimento da leitura pública em Portugal. Para a sua indispensabilidade, enquanto exemplo, lição, mas também enquanto apoio material e logístico. Eventualmente, enquanto suporte da necessária complementaridade entre Estado e sociedade civil.

O comprometimento oficial efectivo no fomento das bibliotecas assumido nos anos 80 e assente na contratualização entre Estado e municípios limitou-se a aprofundar o esquema que a FCG avançara para a maioria das suas unidades fixas (embora sendo inovador na aposta em equipamentos modernos de raiz). Daí a necessidade do estudo de caso das bibliotecas da FCG.

O estudo de caso permitiu identificar a política específica da FCG para as bibliotecas: aposta num serviço moderno para todos (gratuito, com empréstimo domiciliário e livre acesso às estantes), originalmente assente nas unidades itinerantes, mas quase de seguida estendido às unidades fixas (também por pressão dos municípios), ambas destinadas às povoações mais desfavorecidas, com uma lógica de transferência das unidades fixas para os municípios que se foi acentuando à medida que o poder local se ia fortalecendo e interiorizando a importância duma política sócio-cultural. O procedimento subjacente à criação e gestão das unidades fixas, que significava uma partilha de responsabilidades entre FCG e parceiros interessados (crescentemente as câmaras municipais), decorria num quadro de articulação entre a criação de novas unidades e a transferência de unidades para os parceiros (sobretudo para os municípios, pois possuíam maior capacidade material que as micro-associações da sociedade civil). Este processo foi-se gradualmente esvaziando de sentido, devido ao maior activismo dos municípios e do Estado central (via «rede de bibliotecas municipais») e à evolução estratégica da FCG, que paulatinamente passou duma Fundação de serviços directos para uma Fundação de subsídios (o período revolucionário funcionou em contracorrente, pois houve necessidade de colmatar a herança dum Estado pouco interventivo na área sócio-cultural e então em crise).

Embora colmatando uma lacuna do Estado, o projecto da FCG recebeu influências de organismos ou representantes daquele: em primeiro lugar, das

bibliotecas «ambulantes» do SNI (1945-49) e das bibliotecas «circulantes» do MEN (no quadro do PEP dos anos 50); em segundo lugar, da biblioteca municipal de Cascais sob a liderança de Branquinho da Fonseca, na dupla vertente da renovação bibliográfica e da proposta dum serviço itinerante. Branquinho da Fonseca e a sua biblioteca itinerante representam os grandes elos de ligação entre a iniciativa oficial e a particular, pois ambos 'transitaram' para o projecto da FCG. O primeiro director das bibliotecas da FCG encarna então o intelectual com experiência de difusão cultural, um tipo de perfil procurado no departamento específico da FCG. Recebeu também a influência de iniciativas da sociedade civil, bem personificadas na biblioteca móvel de Vítor de Sá (1942-50). Não obstante, o primeiro projecto de âmbito, cobertura e ambição nacionais (metropolitanas), estruturado e de longa duração, foi o da FCG. A experiência da biblioteca municipal cascalense serviu ainda para demonstrar que as iniciativas municipais vingaram apesar da falta de apoio central, muitas vezes graças a direcções afoitas, equipas solidárias e à clarividência de beneméritos (como ainda nos casos da Biblioteca Municipal de Coimbra, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, etc.). Tudo obra casual e imprevisível, mas que, progressivamente, foi conferindo consistência e influência às bibliotecas municipais.

A influência do contexto político ditatorial e da mentalidade conservadora na política de selecção bibliográfica da FCG determinou a prescrição dum conjunto de mecanismos para atenuar a sanha censória e persecutória, de que se destacam: a sinalética nos livros consoante os grupos etários (crianças, adolescentes e adultos), a aposição de graus de dificuldade de leitura nos livros, o aconselhamento da leitura, a existência duma Comissão de Leitura formada por intelectuais e/ou funcionários da Fundação (parte deles situacionistas) para avaliar os novos livros saídos no mercado, e o atraso na integração ou menor representatividade de certos livros, autores, temáticas ou tendências nos fundos bibliográficos ou o seu desvio para a BCE. Este procedimento estava também relacionado com a necessidade de conferir à FCG um carácter apolítico e eminentemente patriótico, que levara inclusivamente ao estabelecimento dum complexo equilíbrio interno de poderes.

A selecção e posterior oferta bibliográfica da FCG foram ainda condicionadas por outros factores: os gostos e inclinações dos responsáveis do Serviço (na

escolha do fundo original mas também nas indicações dos nomes para a Comissão de Leitura), dos membros da Comissão de Leitura e dos trabalhadores (sobretudo no período revolucionário, mas também através da orientação nas requisições especiais), a censura oficial aos livros, revistas e jornais, e a oferta e as disponibilidades do mercado editorial.

Por sua vez, a procura nas bibliotecas da FCG acentuou as tendências da oferta, ou seja, primado da literatura de ficção e crescimento progressivo das outras áreas, designadamente das mais ligadas à reflexão e à ciência. Ambas também acompanharam certas tendências conjunturais, como a ânsia revolucionária de temáticas reprimidas pela ditadura, como a política e a sexualidade.

Mas a procura foi estudada neste trabalho dum modo mais abrangente, pois interessava verificar como o público leitor correspondia à oferta que lhe era destinada, qual o seu perfil, interesses e expectativas.

Em primeiro lugar, recorri a uma panorâmica estatística dos movimentos de leitura pública e de alfabetização no país, que permitiu comprovar um crescimento sustentado de leitores atendidos e de requisições de leitura, sobretudo a partir dos anos 50, pois só nessa altura os fundos bibliográficos existentes conseguiram atingir níveis razoáveis de oferta. Sintomaticamente, este ponto de viragem correspondeu ao período de aposta na alfabetização e nas bibliotecas através do PEP.

Em segundo lugar, procedi à análise de 35 estudos sobre bibliotecas ou sobre a leitura e os leitores com vista a determinar aspectos do perfil do leitor português. Mais do que conclusões definitivas sobre identidades bem delimitadas, a sua análise permitiu identificar várias tendências, o que se deveu à irregularidade qualitativa e quantitativa da matéria-prima.

O confronto dos estudos sobre as bibliotecas indicou a existência de vários públicos, consoante o tipo de bibliotecas em presença (municipais, distritais, populares ou eruditas). A composição sócio-profissional revelou-se mais popular na BPL do que na BNL, embora o período analisado não tivesse sido o melhor (anos 50/60), dado o encerramento temporário do estabelecimento da BPL. Daqui derivavam diferentes preferências de leitura, detectadas na distribuição das requisições pela CDU, com o público da BPL mais atraído pela

literatura de ficção. Por outro lado, as escolhas evoluíram ao longo do tempo: constatou-se assim que nas 4 bibliotecas municipais inquiridas (Belém: 1977/78; Figueira da Foz: 1977-80; Cascais: 1980/81; Seixal: c.1984) o público era essencialmente jovem e estudantil, donde a preferência por obras ligadas ao estudo, fossem obras de consulta e de referência, literatura de ficção de leitura obrigatória na escola, mas também ensaística. Esta tendência também foi entendida como um indício da combinação da maior atractividade de certas bibliotecas, do aumento da escolarização e da carência de bibliotecas escolares. Este perfil do público das bibliotecas municipais tem grande afinidade com as bibliotecas da FCG, onde também predominou um público jovem (c. de 80% entre 1958 e 1990) e estudantil, e um tipo de procura análogo.

O tratamento dos inquéritos sobre o leitor e a leitura confirmou a predominância da literatura de ficção (sobretudo romances e novelas) e possibilitou novos enfoques. Observou-se o comportamento de grupos mais delimitados e/ou abrangentes (a juventude, os estudantes jovens, os universitários, os estudantes adultos, estes com referência a «bibliotecas populares», ou mesmo a comunidade nacional no seu conjunto, etc.). A inclusão (e correspondente análise) de todos estes inquéritos serviu sobretudo para demonstrar a existência de diversos públicos e de diversos tipos de leitores, independentemente da sua maior ou menor representatividade. O seu confronto apontou especificidades não só quanto à estratificação sócio-profissional da comunidade como à sua composição etária ou sexual: p.e., os estudantes mais jovens revelaram um interesse maciço na ficção, mas as raparigas tendem a uma leitura mais variada e em maior quantidade (estudos de Grácio e Boudru). O estudo sobre as escolhas dos estudantes-sócios do «Círculo de Leitores» de Santiago do Cacém (1973-76) revelou mudanças acentuadas nas opções de compra após a revolução de 1974, com maior indicação de obras sobre política, actualidade, sexualidade e ciências sociais, embora a tendência maioritária permanecesse a ficção. Constatou-se ainda que a leitura é um hábito enraizado numa grande parte da população e que faz parte do seu quotidiano (estudos da APEL, do CEG-INIC e do CIES-ISCTE), embora enfrentando uma concorrência crescente, sobretudo após 1974, reflectindo uma maior massificação e diversificação da oferta cultural.

Obrigado a todos pela atenção que me dispensaram.